

**Greenbrier Maxion Equipamentos
e Serviços Ferroviários S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas (suporte financeiro e transações)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas por meio de empréstimos, em condições negociadas entre as partes, que visa fazer face aos passivos assumidos, bem como mantém saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre as partes envolvidas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

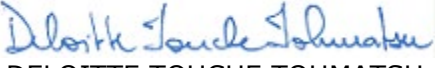
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Daniel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1 SP 254522/O-0

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.970	18.112	Empréstimos e financiamentos	11	240.359	99.152
Contas a receber de clientes	5	8.463	25.940	Fornecedores	12	71.583	94.420
Estoques	6	184.448	171.593	Obrigações tributárias		1.213	1.484
Impostos a recuperar	7	24.645	22.229	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	11.252	21.099
Despesas antecipadas		3.590	505	Adiantamentos de clientes		30	17
Outros créditos		1.455	1.170	Passivo de arrendamento - Direito de uso	3.1.1	7.033	-
Total do ativo circulante		<u>293.571</u>	<u>239.549</u>	Outras obrigações		<u>8.552</u>	<u>6.728</u>
				Total do passivo circulante		<u>340.022</u>	<u>222.900</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	546	656	Empréstimos e financiamentos	11	17.296	784
Impostos a recuperar	7	550	365	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	13.463	11.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	21.913	14.490	Passivo de arrendamento - Direito de uso	3.1.1	21.062	-
Depósitos judiciais	15	8.928	6.478	Outras obrigações		<u>497</u>	<u>816</u>
Outros créditos		1.000	1.000	Total do passivo não circulante		<u>52.318</u>	<u>12.976</u>
Direito de uso de bens Arrendado	3.1.1	28.111	-				
Imobilizado	10	<u>76.902</u>	<u>58.621</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>137.950</u>	<u>81.610</u>	Capital social	15	87.707	87.707
				Ajuste de avaliação patrimonial		1.162	1.340
				Prejuízos acumulados		<u>(49.688)</u>	<u>(3.764)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>39.181</u>	<u>85.283</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>431.521</u></u>	<u><u>321.159</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>431.521</u></u>	<u><u>321.159</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	418.323	567.024
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	19	(417.661)	(511.069)
LUCRO BRUTO		<u>662</u>	<u>55.955</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	19	(14.519)	(25.957)
Gerais e administrativas	19	(14.239)	(17.912)
Honorários da Administração	19	(4.136)	(4.396)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(8.168)	(5.188)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>(40.400)</u>	<u>2.502</u>
Receitas financeiras	17	996	900
Despesas financeiras	17	(13.283)	(5.145)
Variação cambial, líquida	18	(816)	(2.359)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(53.503)</u>	<u>(4.102)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8.b	-	-
Diferidos	8.b	7.416	(1.538)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(46.087)</u>	<u>(5.640)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	16.c	<u>(0,95368)</u>	<u>(0,11671)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(46.087)	(5.640)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(46.087)</u>	<u>(5.640)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>87.707</u>	<u>9.952</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.253)</u>	<u>90.970</u>
Realização de reserva de capital		-	(9.952)	-	9.952	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(224)	224	-
Baixa de ativos sujeitos ao custo atribuído		-	-	-	(47)	(47)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.640)	(5.640)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>87.707</u>	<u>-</u>	<u>1.340</u>	<u>(3.764)</u>	<u>85.283</u>
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	(178)	178	-
Baixa de ativos sujeitos ao custo atribuído		-	-	-	(15)	(15)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(46.087)	(46.087)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>87.707</u>	<u>-</u>	<u>1.162</u>	<u>(49.688)</u>	<u>39.181</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(46.087)	(5.640)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	19	9.471	7.873
Amortização de Direito de Uso	3.1.1	7.093	-
Baixas de direito de uso	3.1.1	129	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(7.416)	1.538
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	11.060	4.180
Juros sobre passivos de arrendamento	3.1.1	1.489	-
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	10	627	1.534
Reversão de provisão para perdas nos estoques	6	1.158	(1.749)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11	779	5
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	14	2.087	(669)
Outros		(341)	-
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		17.587	17.091
Estoques		(36.153)	(99.908)
Impostos a recuperar		(2.601)	(5.530)
Depósitos judiciais		(2.450)	(2.471)
Outros créditos e demais contas		(3.370)	143
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		(22.837)	28.612
Adiantamentos de clientes		13	17
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(9.847)	(423)
Outras obrigações e demais contas		1.234	(3.916)
Caixa gerado pelas operações		(78.375)	(59.313)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	3.1.1	(488)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(7.157)	(1.487)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(86.020)	(60.800)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10	(6.743)	(12.156)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(6.743)	(12.156)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos	11	257.344	68.235
Amortizações de passivos de arrendamento - principal	3.1.1	(7.719)	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos - principal	11	(104.004)	(21.602)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		145.621	46.633
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.858	(26.323)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		18.112	44.435
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		70.970	18.112
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.858	(26.323)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de setembro de 2014, com sede na Rua Dez, s/n, na Área Sítio São João, Jardim São Camilo, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Suas atividades produtivas tiveram início em 1º de maio de 2015 e consistem na fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de equipamentos ferroviários, bem como na importação e exportação.

A gestão da empresa é feita de modo compartilhado composta por dois sócios, sendo eles; Greenbrier do Brasil Participações Ltda. com 60% de participação, e Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. com 40% de participação.

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

O plano operacional de 2019 foi impactado pela falta de demanda devido a vários fatores de mercado, como o atraso no processo de renovação das concessões ferroviárias, que afetou as aprovações de investimentos das concessionárias, aliado à mudança do modelo de negócio para contratos sob demanda dos usuários finais.

A queda da produção foi de 38.3% comparado com 2018, sendo necessária a readequação da capacidade produtiva, do quadro de funcionários e dos investimentos.

Além da adequação da área produtiva, também houve a reestruturação das áreas indiretas e administrativas. Essa redução no quadro de funcionários foi necessária para a adequar a estrutura do negócio.

Entre as ações tomadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez, destacam-se as seguintes:

- a) Realinhamento dos processos produtivos e desenvolvimento de produtos envolvendo importantes ações de eficiência tecnológicas (alta capacidade e baixo consumo de combustível), alto nível de automação e redução de "part numbers";
- b) Geração de alternativa financeira aos clientes (leasing) e a implementação de contratos de longo prazo;
- c) Consolidação do negócio de serviços ferroviários para revisão, manutenção, reforma e transformação de vagões ferroviários de cargas, permitindo a melhor distribuição e absorção da mão de obra produtiva, além de atender a demanda do mercado em detrimento da demanda de vagões novos;
- d) Iniciativas de reduções de custo e aumento de produtividade em todas as áreas da companhia;

A expectativa é que o mercado se restabeleça em 2020 devido aos investimentos do governo de R\$ 55,6 bilhões em ferrovias, sendo R\$ 16 bilhões em novas concessões (Ferrovia de Integração Oeste-Leste e Ferrogrão) e R\$ 39,6 bilhões em renovação de concessões (Rumo - assinatura no 1º trimestre de 2020, Vale - 2º trimestre de 2020, MRS - 4º trimestre de 2020 e VLI - 2021), segundo dados divulgados pelo ministério da infraestrutura.

A perspectiva é que se duplique o percentual de carga transportada por ferrovia em 8 anos, e que com as novas concessões o modal cresça 17%, atingindo 35.000 km. Outro direcionador para o transporte ferroviário em 2020, segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), é o recorde da safra de 251 milhões de toneladas, sendo que a produção de soja deve crescer 7,1%. Existe também a oportunidade de substituição de mais de 32 mil vagões da frota brasileira, devido a 53% da frota estar com idade acima de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade possui capital circulante negativo de R\$ 46.451. A continuidade operacional depende de seus acionistas que são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte financeiro às suas operações com garantias e linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias. Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente ao IFRS16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 21 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Adoção das IFRS's novas e revisadas em vigor no exercício corrente

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em 1º de janeiro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 16/CPC 06- Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de "leases" (arrendamentos). A IFRS 16 substitui a IAS 17 - "Leases" e Interpretações Relacionadas. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A interpretação reflete a prática do que a Companhia vem adotando e suas práticas contábeis.
IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda	Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 19 - Alterações no plano em casos de redução ou liquidação	Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Dentre as normas acima, exceto pela alteração do CPC 06 (R2), as demais não tiveram impactos significativos na Companhia. Abaixo os impactos gerados pela adoção do CPC 06 (R2)

3.1.1. Impacto da adoção inicial da CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamento Mercantil

Esta norma introduz exigências novas ou alteradas com relação à contabilização de arrendamento. A norma introduz mudanças significativas na contabilização do arrendatário ao eliminar a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigir o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no início para todos os arrendamentos, exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Diferentemente da contabilização do arrendatário, as exigências de contabilização do arrendador permanecem substancialmente inalteradas.

Diferentemente do que ocorreu com o arrendador, o CPC 06 (R2) transfere substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 Impacto sobre a contabilização do arrendatário).

Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) (equivalente ao IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (equivalente ao IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil).

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada do CPC 06 (R2), ou seja, a Companhia não rerepresentará as informações comparativas e aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.
- Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Arrendamentos operacionais

Na adoção inicial da CPC 06 (R2), para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros;
- Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração do resultado; e
- Segregou o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração consolidada do fluxo de caixa.

De acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Essa norma substituiu a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na CPC 06 (R2).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

Além da alteração da prática contábil da Companhia o CPC 06 (R2), os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia são demonstrados a seguir:

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O impacto do IFRS 16 é aplicável a apenas um contrato na companhia, sendo este o aluguel da planta, que atende todos os requisitos estabelecidos pela norma. A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo, que no caso da locação do imóvel foi de 6,69% a.a. A tabela abaixo demonstra os sados reconhecidos e sua movimentação no exercício.

Ativo por direito de uso

Saldo em 01/01/2019	34.781
Adições	552
Baixas	(129)
Saldo de depreciação do período	<u>(7.093)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>28.111</u>
Passivo por arrendamentos:	
Saldo em 01/01/2019	34.813
Pagamentos principal	(7.719)
Pagamento de juros	(488)
Juros apropriados	1.489
Saldo em 31/12/2019	<u>28.095</u>

O cronograma de pagamentos é como segue:

	<u>R\$</u>
2020	7.033
2021	7.188
2022	10.842
2023 em diante	<u>3.032</u>
Total	<u>28.095</u>

3.1.2. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 3 – Definição de negócio	Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade	Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Os pronunciamentos contábeis IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" e IFRS 17 - Contratos de Seguros não são aplicáveis à Companhia.

Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC de manterem atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas "International Financial Reporting Standards - IFRS".

3.1.3. Demais políticas contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Sociedade.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Imobilizado

f.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

f.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas com base nas vidas úteis estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

g) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

g.1) Ativo imobilizado

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

g.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

h) Provisões

h.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

i) Tributação

i.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

j) Arrendamento

j.1 Arrendatário

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações.

- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido.
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, sendo a despesas registradas na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do passivo de arrendamento dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

Sempre que o Grupo assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - "impairment".

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" no resultado.

k) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Ativos financeiros

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2019 não apresentou nenhuma variação. Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

l) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	70.684	11.537
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>286</u>	<u>6.575</u>
Total	<u>70.970</u>	<u>18.112</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração de 89,07% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,63% em dezembro de 2018), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate da data da aplicação e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
No Brasil	9.487	27.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(478)</u>	<u>(478)</u>
Total	<u>9.009</u>	<u>26.596</u>
Ativo circulante	8.463	25.940
Ativo não circulante	546	656

Saldos por idade de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	7.997	26.557
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	379	37
De 31 a 60 dias	631	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	2	2
Acima de 181 dias	<u>478</u>	<u>478</u>
Total	<u>9.487</u>	<u>27.074</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	(478)	(478)
Reversões	-	-
Adições	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>(478)</u>	<u>(478)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Produtos acabados	125.382	121.254
Produtos em elaboração	13.035	7.316
Matérias-primas	46.417	42.822
Materiais auxiliares	2.240	1.633
Adiantamentos a fornecedores	-	11
Importações em andamento	32	57
Provisão para perdas	<u>(2.658)</u>	<u>(1.500)</u>
Total	<u>184.448</u>	<u>171.593</u>

A movimentação na provisão para perdas de estoques foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	(1.500)	(3.249)
Provisões	(3.324)	(2.533)
Reversões	<u>2.166</u>	<u>4.282</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(2.658)</u>	<u>(1.500)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	18.929	10.541
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.685	3.813
Programa de Integração Social - PIS	366	1.244
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.012	6.612
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	<u>203</u>	<u>384</u>
Total	<u>25.195</u>	<u>22.594</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante	24.645	22.229
Ativo não circulante	550	365

(*) A Companhia vem trabalhando para realizar a liberação de parte dos créditos de ICMS com Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Estes créditos serão utilizados para pagamentos de fornecedores (sendo o principal deles parte relacionada).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízos fiscais	16.254	5.008
Base negativa de contribuição social	5.852	1.803
Provisão para não realização	(10.707)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.577	3.868
Provisão para perdas nos estoques	904	510
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	163	162
Provisão para participação nos resultados	830	1.884
Provisão para garantia e revisões	1.206	1.031
Outras	4.647	1.067
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>23.726</u>	<u>15.333</u>
Custo atribuído ao imobilizado	(598)	(690)
Diferença de critério de depreciação	(1.215)	(153)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(1.813)</u>	<u>(843)</u>
Ativo tributário diferido líquido	<u>21.913</u>	<u>14.490</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como provenientes de diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	257
2021	1.668
2022	2.645
2023	3.417
2024	3.859
2025 em diante	<u>10.067</u>
Total	<u>21.913</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.503)	(4.102)
Alíquota combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	18.191	1.395
Diferenças permanentes	(153)	(2.933)
Provisão para não realização	<u>(10.622)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>7.416</u>	<u>(1.538)</u>
Correntes	-	-
Diferidos	7.416	(1.538)
Alíquotas efetivas	14%	(37%)

9. PARTES RELACIONADAS

a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u>4.136</u>	<u>4.396</u>

b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo naquela data, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2019			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	115	13.562	5	138.895
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	<u>176</u>	<u>25.978</u>	<u>1.094</u>	<u>77.003</u>
Total	<u>291</u>	<u>39.540</u>	<u>1.099</u>	<u>215.928</u>
	2018			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Company, Inc. (*)	-	5	-	18.741
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	115	23.762	-	40.358
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	<u>156</u>	<u>486</u>	<u>365</u>	<u>119.737</u>
Total	<u>271</u>	<u>24.253</u>	<u>365</u>	<u>178.836</u>

(*) A Companhia adquire matérias-primas e componentes ferroviários (principalmente eixos, rolamentos, rodas e fundidos ferroviários) da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.) e da Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A., empresa controlada pela Amsted Industries, Inc.

c) Contrato de serviços compartilhados ("shared services agreement")

Em 6 de maio de 2015, a Companhia e a Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura de gestão que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (estrutura administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Contabilidade, Vendas e Marketing. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em "Despesas gerais e administrativas", somaram R\$2.034 exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.840 em 31 de dezembro de 2018).

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	7.581	(2.797)	4.784	4.776
Máquinas e equipamentos	11,00	50.922	(26.121)	24.801	22.798
Ferramentais	11,00	614	(367)	247	266
Moldes	18,00	31.051	(13.833)	17.218	15.913
Móveis e utensílios	7,00	4.850	(2.112)	2.738	3.000
Veículos (*)	22,22	-	-	-	504
Equipamentos de computação	31,50	4.944	(3.686)	1.258	1.528
Outras imobilizações	2,25	90	(87)	3	4
Obras em andamento	-	5.415	-	5.415	9.832
Vagões de Carga	-	21.024	(586)	20.438	-
Total		<u>126.491</u>	<u>(49.589)</u>	<u>76.902</u>	<u>58.621</u>

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

Movimentação do custo - 2019

	2018	2019			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.777	-	(1)	805	7.581
Máquinas e equipamentos	45.680	322	(520)	5.440	50.922
Ferramentais	590	-	(1)	25	614
Moldes	27.575	-	(778)	4.254	31.051
Móveis e utensílios	4.678	-	-	172	4.850
Veículos (*)	1.110	-	-	(1.110)	-
Equipamento de computação	4.847	-	(44)	141	4.944
Outras imobilizações	89	1	-	-	90
Obras em andamento (**)	9.832	90.884	-	(95.301)	5.415
Vagões de Carga (**)	-	-	(63.440)	84.464	21.024
Total	<u>101.178</u>	<u>91.207</u>	<u>(64.784)</u>	<u>(1.110)</u>	<u>126.491</u>

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

(**) Durante o ano de 2019 a companhia reverteu R\$84.464 de seus estoques para o imobilizado para realizar operações de aluguel de vagões para um cliente específico em 31 de dezembro de 2019. Deste saldo, R\$ 63.440 já havia sido vendido com um custo residual de R\$62.324.

Movimentação da depreciação - 2019

	2018		2019		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferência	
Edificações e benfeitorias	(2.001)	(797)	1	-	(2.797)
Máquinas e equipamentos	(22.882)	(3.370)	131	-	(26.121)
Ferramentais	(324)	(44)	1	-	(367)
Moldes	(11.662)	(2.715)	544	-	(13.833)
Móveis e utensílios	(1.678)	(435)	1	-	(2.112)
Veículos (*)	(606)	-	-	606	-
Equipamentos de computação	(3.319)	(406)	39	-	(3.686)
Outras imobilizações	(85)	(2)	-	-	(87)
Vagões de Carga (**)	-	(1.702)	1.116	-	(586)
Total	(42.557)	(9.471)	1.833	606	(49.589)

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

(**) Durante o ano de 2019 a companhia reverteu R\$84.464 de seus estoques para o imobilizado para realizar operações de aluguel de vagões para um cliente específico em, 31 de dezembro de 2019 deste saldo, R\$63.440 já havia sido vendido com um custo residual de R\$62.324.

Movimentação do custo - 2018

	2017	2018			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.359	-	-	418	6.777
Máquinas e equipamentos	44.234	675	(352)	1.123	45.680
Ferramentais	966	-	-	(376)	590
Moldes	27.554	-	(2.408)	2.429	27.575
Móveis e utensílios	3.685	-	(7)	1.000	4.678
Veículos	1.110	-	-	-	1.110
Equipamentos de computação	4.594	-	(56)	309	4.847
Outras imobilizações	89	-	-	-	89
Obras em andamento	4.217	11.481	(963)	(4.903)	9.832
Total	92.808	12.156	(3.786)	-	101.178

Movimentação da depreciação - 2018

	2017		2018		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	
Edificações e benfeitorias	(1.380)	(621)	-	(2.001)	
Máquinas e equipamentos	(20.814)	(2.456)	388	(22.882)	
Ferramentais	(576)	(44)	296	(324)	
Moldes	(9.670)	(3.506)	1.514	(11.662)	
Móveis e utensílios	(1.387)	(295)	4	(1.678)	
Veículos	(207)	(406)	7	(606)	
Equipamentos de computação	(2.820)	(542)	43	(3.319)	
Outras imobilizações	(82)	(3)	-	(85)	
Total	(36.936)	(7.873)	2.252	(42.557)	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes abaixo do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Indexador	Taxa efetiva anual de juros - %	Última data de vencimento	2019	2018
Moeda nacional:					
Arrendamento Financeiro	-	8,42	17/08/2020	-	311
Arrendamento Financeiro	-	13,34	25/04/2021	-	225
Capital de giro	CDI	16,50	02/01/2020	704	-
431	-	9,94	10/02/2020	10.376	-
431	-	9,91	20/02/2020	7.536	-
NCE	CDI+1,66%	6,59	06/07/2021	5.040	10.176
NCE	CDI+2,29%	6,79	12/10/2020	18.072	-
NCE	CDI+1,90%	6,38	06/07/2021	5.000	-
NCE	139% CDI	6,17	14/08/2020	15.036	-
NCE	CDI+3,04	7,57	15/07/2021	18.874	11.488
NCE	CDI+2,15	6,64	06/08/2020	20.665	-
NCE	132,75 CDI	5,88	26/02/2021	5.040	-
NCE	154% CDI	6,86	09/11/2020	10.119	-
NCE	157% CDI	6,99	19/11/2020	5.009	-
NCE	CDI+2,60%	7,11	14/12/2020	4.009	-
NCE	CDI+2,90%	4,43	10/08/2020	10.460	-
CESSÃO DE CREDITO	-	7,80	20/01/2020	17.860	-
FINAME	-	8,19	15/10/2023	1.609	812
FINAME	-	6,65	15/12/2023	595	-
Financiamento "partes relacionadas"	CDI	5,96	10/02/2020	95.699	41.434
Financiamento "partes relacionadas"	-	6,40	10/02/2020	<u>5.952</u>	<u>35.490</u>
Total				<u>257.655</u>	<u>99.936</u>
Passivo circulante				240.359	99.152
Passivo não circulante				17.296	784

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro	99.936	50.605
Captações	257.344	68.235
Provisão de juros	11.060	4.180
Amortização do principal	(104.004)	(21.602)
Pagamento de juros	(7.157)	(1.487)
Transferência para o passivo de arrendamento	(536)	-
Variação cambial na conversão	779	5
Saldo em 31 de dezembro	<u>257.655</u>	<u>99.936</u>

12. FORNECEDORES

	2019	2018
No País	32.043	70.010
No exterior	-	157
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	<u>39.540</u>	<u>24.253</u>
Total	<u>71.583</u>	<u>94.420</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Encargos sociais	5.488	3.745
Provisão para férias	3.182	11.666
Participação nos resultados	2.442	5.540
Outros	140	148
Total	<u>11.252</u>	<u>21.099</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas, entre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos trabalhistas	10.752	9.622
Processos tributários federal	2.486	1.754
Processos cível	225	-
Total	<u>13.463</u>	<u>11.376</u>

A movimentação durante o exercício é apresentada a seguir:

	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2019</u>
Processos trabalhistas	9.622	5.642	627	(5.139)	10.752
Processos tributários federal	1.754	732	-	-	2.486
Processos cível	-	431	-	(206)	225
Total	<u>11.376</u>	<u>6.805</u>	<u>627</u>	<u>(5.345)</u>	<u>13.463</u>

	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Processos trabalhistas	11.265	3.127	427	(5.197)	9.622
Processos tributários federal	780	974	-	-	1.754
Total	<u>12.045</u>	<u>4.101</u>	<u>427</u>	<u>(5.197)</u>	<u>11.376</u>

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como parte, de acordo com sua natureza:

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em 622 processos trabalhistas (em 2018 foram 583). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante.

O montante total discutido é de R\$100.690 (R\$91.067 em 2018), para o qual a provisão no valor de R\$10.752 (R\$9.622 em 2018) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Riscos possíveis

A Companhia possui diversas ações tributárias e cíveis em andamento, cujos prognósticos de perda, conforme estimativas da Companhia e de seus consultores jurídicos, são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões. Em 31 de dezembro de 2019, as ações tributárias somavam R\$1.335 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2018), as ações cíveis somavam R\$ 230 (R\$855 em 31 de dezembro de 2018).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$8.928 (R\$6.478 em 31 de dezembro de 2018) é representado por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas, tributários e cíveis. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$87.707 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	<u>País</u>	<u>Número de ações</u>	<u>% de participação</u>	<u>Total</u>
Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.	Brasil	19.330.272	40,0	35.083
Greenbrier do Brasil Participações Ltda.	Brasil	28.995.406	60,0	52.624
Total		<u>48.325.678</u>	<u>100,0</u>	<u>87.707</u>

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(46.087)	(5.640)
Quantidade média ponderada de ações	<u>48.326</u>	<u>48.326</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício por ação - básico e diluído - R\$	<u>(0,95368)</u>	<u>(0,11671)</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o lucro (prejuízo) por ação básico é igual ao diluído.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	411.077	597.598
Vendas de serviços	37.836	4.856
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(20.268)	(32.566)
Devoluções e cancelamentos do exercício	<u>(10.322)</u>	<u>(2.864)</u>
Receita líquida de vendas	<u>418.323</u>	<u>567.024</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos e juros ativos	996	900
Total	<u>996</u>	<u>900</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros	(11.060)	(4.693)
Juros sobre passivos de arrendamento	(1.489)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(157)	(231)
Outras	<u>(577)</u>	<u>(221)</u>
Total	<u>(13.283)</u>	<u>(5.145)</u>

18. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação cambial ativa sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	7.938	846
Variação cambial passiva sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	<u>(8.754)</u>	<u>(3.205)</u>
Total	<u>(816)</u>	<u>(2.359)</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Matéria-prima	(236.239)	(333.638)
Salários, encargos e benefícios	(137.598)	(143.964)
Materiais e manutenção	(19.612)	(21.412)
Depreciação	(9.471)	(7.873)
Serviços prestados por terceiros	(9.542)	(9.950)
Fretes	(7.769)	(20.011)
Amortização de direito de uso	(7.093)	-
Garantia	(4.391)	(2.522)
Energia elétrica	(2.673)	(2.221)
Locomoção e comunicação	(2.328)	(3.008)
Comissões	(566)	(1.483)
Outros custos	(13.273)	(13.252)
Total	<u>(450.555)</u>	<u>(559.334)</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(417.661)	(511.069)
Despesas com vendas	(14.519)	(25.957)
Despesas gerais e administrativas	(14.239)	(17.912)
Honorários da Administração	(4.136)	(4.396)
Total	<u>(450.555)</u>	<u>(559.334)</u>

Parte substancial das vendas da Companhia são praticadas nas modalidades do incoterms conhecidas como Freight On Board (FOB) na qual a Companhia é responsável por disponibilizar a mercadoria para retirada em seu site e o cliente retém a responsabilidade total da coleta (tanto financeiramente, quanto em termos de salvaguarda do bem). Nesse momento, se dá a transferência de controle do produto ao cliente, e, conseqüentemente, o momento de reconhecimento da receita.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras receitas:		
Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras - Reintegra	-	530
Proex	-	442
Convenio de Cooperação Técnica	303	303
Outros	94	129
	<u>397</u>	<u>1.404</u>
Outras despesas:		
Contingências e custos judiciais	(7.001)	(4.256)
Projeto Formare (Fundação Iochpe)	(192)	(180)
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(371)	(388)
Impostos federais e estaduais	(69)	(27)
Contribuição para associação de classe	(219)	(214)
Consultoria organizacional	-	(676)
Auditoria	(169)	(134)
Outras	(544)	(717)
	<u>(8.565)</u>	<u>(6.592)</u>
Total de outras despesas operacionais, líquidas	<u>(8.168)</u>	<u>(5.188)</u>

21. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	2019	2018
Ativos financeiros:			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.970	18.112
Contas a receber de clientes (incluem partes relacionadas)	5	9.009	26.596
Depósitos judiciais	14	8.928	6.478
Outros Créditos		<u>2.455</u>	<u>2.170</u>
Total		<u><u>91.362</u></u>	<u><u>53.356</u></u>
Passivos financeiros:			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	11	257.655	99.936
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	12	71.583	94.420
Passivos de arrendamento		28.095	-
Outras Obrigações		<u>9.049</u>	<u>7.544</u>
Total		<u><u>366.382</u></u>	<u><u>201.900</u></u>

b) Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integridade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía instrumentos financeiros avaliados a valores justos.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5).

Adicionalmente, uma parcela significativa de suas compras é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2019		2018	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos e financiamentos	240.359	17.296	99.152	784
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	71.583	-	94.420	-
Passivos de arrendamento	7.033	21.062	-	-
Adiantamento de clientes	30	-	17	-
Outras obrigações	8.552	497	6.728	816
Total	<u>327.557</u>	<u>38.855</u>	<u>200.317</u>	<u>1.600</u>

Risco de flutuação nos preços de siderúrgicos

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir siderúrgicos a preços competitivos. Caso o preço da matéria prima tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

	2019		2018	
	<u>Indexador</u>	<u>R\$</u>	<u>Indexador</u>	<u>R\$</u>
Aplicações Financeiras	CDI	286	CDI	6.575
Empréstimos e financiamentos – (inclui intercompany)	CDI	213.727	CDI	63.098

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos a taxa de juros de CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2019:

<u>Aplicações financeiras - CDI</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível -25%</u>	<u>Remoto -50%</u>
CDI em 31 de dezembro de 2019	5,31%	3,98%	2,65%
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	15	11	8
Efeito - perda	-	(4)	(7)

<u>Empréstimos e financiamentos - CDI</u>	<u>Cenários</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível +25%</u>	<u>Remoto +50%</u>
CDI em 31 de dezembro de 2019	6,73%	8,41%	10,10%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	14.384	17.974	21.586
Efeito - perda	-	(3.590)	(7.202)

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não considerou por não haver saldo no exercício.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019.

22. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total de empréstimos e financiamentos	257.655	99.936
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(70.970)</u>	<u>(18.112)</u>
Dívida líquida	<u>186.685</u>	<u>81.824</u>
Total do patrimônio líquido	<u>39.181</u>	<u>85.283</u>
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	<u>476,7%</u>	<u>95,4%</u>

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucros cessantes	165.143	175.306
Seguro predial	180.390	172.677
Danos materiais	130.301	161.678
Seguro D&O	35.280	40.800
Seguro locatício	5.171	13.776
Responsabilidade civil	13.600	13.600

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 as seguintes transações foram executadas que não envolveram caixa:

- Transferência do leasing financeiro de veículos para a linha de direito de uso no montante de R\$536 conforme expediente prático do CPC 06 (R2).
- Adição de R\$84.464 no ativo imobilizado proveniente dos estoques de vagões de carga para fins de locação. Dos quais R\$62.324 já haviam sido vendidos e automaticamente transferidos para Custos dos produtos vendidos.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitorando constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 20 de março de 2020.
